

ÁLVARO RIBEIRO

# DISPERSOS E INÉDITOS

III

(1961-1981)

Organização e apresentação de JOAQUIM DOMINGUES



COLECÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Filosofia e psicologia .....	183
Decénios e vinténios .....	189
Recreio filológico .....	193
A minha admiração por José Régio .....	197
Saúde pública .....	201
Falar e escrever .....	205
Depoimento [sobre José Régio] .....	209
Que é o homem? [depoimento] .....	211
Ensino superior, ensino soberano .....	213
Matrimónio .....	217
Os Portugueses já não entendem a língua que falam e escrevem [depoimento] .....	221
Revolução universitária .....	223
Testemunho .....	227
Envelhecer a trabalhar .....	231
Filosofia e política .....	237
Mensagens literárias — Um novo livro de José Marinho .....	243
Dar de beber a quem tem sede — As Três Taças .....	249
A finalidade da educação só pode ser definida pela filosofia. Só uma filosofia nossa explicaria a nossa história e justificaria a nossa política [entrevista] .....	253
Homenagem a José Marinho .....	259
Pretexto .....	269
Iniciação filosófica .....	283
O último romântico (1843-1924) .....	287
Teocracia e democracia .....	293
Petição de princípio .....	295
Pela República, contra o Socialismo — Teses e antíteses .....	299
Carta prefacial .....	303
Ausência e presença da filosofia .....	305

#### INÉDITOS

<i>Nota prévia</i> , por JOAQUIM DOMINGUES .....	311
Intróito .....	315
III — Glotologia, fonética e fonologia .....	327
IV — Gramática .....	333
X .....	343
XI .....	351
XII .....	359
XIII .....	367
XIV .....	375
XV .....	385

## ÍNDICE

Decisão e indecisão na Casa de Portugal.....	11
Finalidades das Casas do Povo .....	25
Raul Leal .....	35
A literatura como expressão do sobrenatural .....	39
Inquérito ao estudo da Filosofia no ensino secundário [depoimento] .....	43
Lição e intenção dos prémios literários .....	47
Filosofia portuguesa actual (excertos de um livro a publicar).....	51
O problema da filosofia portuguesa perdeu já a actualidade [entrevista] .....	59
O ideal civilizador dos Portugueses é imensamente superior (incomparavelmente superior) àquele que tem sido proclamado na ONU [entrevista] .....	63
Mais praticantes e menos assistentes... [entrevista] .....	69
O homem português .....	73
Os paraísos perdidos e as ilhas afortunadas .....	89
Um documento valioso [entrevista] .....	91
Para a Escola Formal — Algumas notas sobre o liceu não-aristotélico .....	109
Espelho do pensamento .....	117
A antiga Faculdade de Letras do Porto e a «Renascença Portuguesa» .....	137
Os escritores falam do que escrevem [entrevista].....	141
Filósofos de ontem, filósofos de hoje .....	145
Cinco lições espanholas de filosofia universal .....	149
Espiritualidade judaica na filosofia portuguesa .....	153
Acção e inacção — A condição social das pessoas idosas .....	157
Opinião e verdade na crítica literária .....	171
Ferriados nacionais .....	175
Situação cultural do filósofo português.....	179

XVI .....	395
XVII .....	403
XVIII .....	411
XIX .....	421
XX .....	431
Adjectivo .....	439
O verbo .....	445
Substantivo .....	453
[Outras categorias verbais] .....	457
A sentença .....	463
O verbo activo .....	467
Os complementos do verbo .....	469
[Retórica e dialéctica] .....	473
Língua e literatura .....	479
3.º Kabala .....	485
4.º Morfologia ou categorias lexicais .....	493
5.º Sintaxe .....	499
6.º Estilo .....	503
7.º Língua portuguesa .....	513
8.º A origem da linguagem .....	519
I .....	525
III .....	559
[Leonardo Coimbra e o positivismo] .....	579
III — Progresso e tradição .....	593
Prefácio .....	617
Introdução — Visão da filosofia inglesa .....	625
Parábola do leão cativo .....	635
<i>Índice onomástico</i> .....	637



## DECISÃO E INDECISÃO NA CASA DE PORTUGAL \*

Estar atento e ver claramente as ínfimas e subtis alterações de uma sociedade para outra sociedade, ou seja, do passado para o presente e do presente para o futuro, não é próprio da maioria dos homens que dificilmente vivem absorvidos pelas preocupações da luta quotidiana. Compete à minoria qualificada pelas predilecções intelectuais o advertir aqueles que, por conservarem ou repetirem fórmulas pretéritas mas sobreviventes nas escolas, nos partidos e nas seitas, se abeiram erraticamente das trevas sem fim. Denominar com palavras fixas em frases consolidadas os novos acontecimentos culturais que perturbam, abalam e subvertem o que já perdera a razão de ser, equivale a fechar os olhos pela irracional vontade de negar a movimentação e a articulação do real. Tal atitude dos velhos, daqueles que se fincam na paleolexia e na paleografia, recitando as histórias de que imaginam autores ou de que se representam actores, não deve ser imitada pelos homens novos, aos quais é dada a promessa ou lícita a esperança de um novo viver.

Ante os vários acontecimentos que transtornam, transformam ou transmudam a cultura portuguesa, vemos já determinados ou extremados os pontos de referência, sem todavia notarmos a oposição clara entre o século dezanove e o século vinte, sem contudo indagarmos a tendência, ou o fim para que tende, a aceleração literária do tempo presente. O historicismo de todas as docências,

---

\* In *Tempo Presente*, ano III, n.º 21, Lisboa, 1961, pp. 6-18.

tanto o dos sacerdotes, como o dos professores, como o dos jornalistas, acumulam no calendário litúrgico, lectivo ou político as trevas suficientes para obrigarem os desavisados estudantes a um pensar maculado de anacronismo. No ensino da religião, mais do que em qualquer outro, a palavra oral ou escrita segue atrelada a noções mortas de história diluída. Apologetas há que ainda referem às obras de Antero, de Teófilo e de Junqueiro os malefícios de um anticlericalismo, anticristianismo e antiteísmo sem sedução mental para os adolescentes do nosso tempo. Outros crêem ainda que a poesia cristalizou nas quadras de Correia de Oliveira, nas canções de Lopes Vieira e nos sonetos de António Sardinha, apenas porque estes escritores notáveis continuam a ser celebrados pela qualidade de mestres da reconquista cristã. Raros observam que as novas gerações preferem ler, consultar e meditar os livros, sucessivamente reeditados, de Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoais ou José Régio, e raríssimos interpretam ou explicam a razão mais séria para que tende o respectivo movimento cultural.

Na escala dos valores poéticos mantém seu principado a obra que mais inspirada comunicação nos oferecer do invisível, do insensível ou do sobrenatural, ainda que na maioria dos casos seja indispensável a intervenção do intérprete, ou do tradutor, para determinar o grau, ou degrau, em que o poema ficou situado perante a verdade católica. Ao sobrenatural de *Os Lusíadas* costumam os escoliastas aplicar a designação minorativa e pouco epopeica de *maravilhoso*, contradizendo assim o teor dos próprios versos de Luís de Camões. Posto que a poesia vale por expressão do sobrenatural, resta dizer que muitas páginas de versos não são poesia, mas apenas artificial imitação da poesia. A história da literatura permitiu evidenciar que a mais alta poesia portuguesa tende para o Mistério da Santíssima Trindade, não só pela configuração leteral do Espírito Santo, mas também pela referência nominada às duas outras pessoas divinas. Projectada em narrativas de biografia e de história, a poesia inferior perdura e sobrevive na medida da fidelidade aos outros mistérios transcendentais.

A cristologia continua a ser o paradigma da antropologia. Fácil é entender, portanto, que a filosofia cristã haja recebido da obra de Leonardo Coimbra uma admirável contribuição para o seu aperfeiçoamento, tal como não será difícil entender também os mesquinhos e inconfessados motivos que obstam ao aproveitamento dos escritos portugueses na apologia católica. Dir-se-ia que a maior parte dos nossos sacerdotes só sabe francês, ignorantes da patrística grega e até da patrística latina: preferem ver a *luz*

de Paris, esquecem a *voz* de Roma. Dedicou-se Leonardo Coimbra a estudar na morte, no sono e no esquecimento, ou, pelo contrário, na memória, na vigília e na vida, os fenómenos que demonstram ser o homem um composto instável, verdade aliás afirmada pelas doutrinas do inconsciente e comprovada pelos resultados científicos da psicossomática, da psicanálise e da parapsicologia. Os modos de agir humano, que a criança confunde e que no adulto se separam até à oposição, os três modos do *jogo*, da *arte* e do *trabalho*, foram pelo filósofo analisados na sequência explicativa da luta pela imortalidade. Em estágio sublime da sua carreira de escritor, reconheceu Leonardo Coimbra que na ciência do composto humano está a legitimação doutrinal dos sacramentos, meios eficazes para a finalidade da redenção. O pensador católico, embora solicitado pelas doutrinas voluntaristas e sentimentalistas que dominavam no seu tempo, afirmou sempre a prioridade da razão na hierarquia das faculdades humanas.

Mestre e educador de adolescentes, o grande teólogo, cosmólogo e antropólogo legou aos seus discípulos os princípios ou segredos da reforma filosófica mais propícia ao aperfeiçoamento intelectual do povo português. Acreditava e afirmava que os superiores dons do nosso povo, se fossem educados por um sistema verdadeiramente nacional, multiplicariam maravilhosamente as heróicas façanhas que asseguram a permanência e a sobrevivência da Pátria. A dadivosa generosidade espiritual de Leonardo Coimbra nunca poderia ter sido bem acolhida num ambiente maculado e impregnado de positivismo.

Todos quantos tivemos a felicidade de ouvir as lições magistrais e as conferências inspiradas de tão excepcional homem superior, lembramos que já no ano de 1925 começava a ser indigitada a figura do estudante José Marinho para intérprete, colaborador e continuador de Leonardo Coimbra na sequência docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A cultura, a reflexão e a eloquência de José Marinho, por todos nós admiradas em frequentes oportunidades e circunstâncias, justificavam a brilhante fama que ia irradiando entre várias sociedades e gerações de estudantes. Dir-se-ia, em linguagem jocosa, que entre os seus condiscípulos era José Marinho quem dava as cartas. As pessoas interessadas pelos estudos filosóficos esperavam impacientemente o dia em que o novo doutor, deixando de divertir perdulariamente o seu talento em diurnas e nocturnas conversas de tertúlias, se dispusesse a congregar para definido empreendimento de acção cultural os obedientes votos de quantos con-



discípulos o respeitavam e estimavam. A República Positivista, com seu juízo escondido, isto é, com a sua hipocrisia, resultara num fracasso perante a reacção militar. A vida portuguesa iria sofrer um período pragmatista de acção directa, enquanto não fossem delineados os necessários fundamentos da nova legislação hegelista ou hegeliana. Foi sendo o tempo mais propício à inteligência das relações entre o direito e a filosofia, obliteradas pelo positivismo, e em breve foi visto que o direito político pressupõe uma filosofia política, o direito corporativo pressupõe uma filosofia corporativa, o direito do trabalho pressupõe uma filosofia do trabalho. Vencido o positivismo, as circunstâncias davam uma oportunidade excelente para filosofar em simpatia ou antipatia com a obra de Hegel, muito divulgada pelos germanófilos no nosso país. Nem depois da morte de Leonardo Coimbra, ocorrida em 1936, se decidiu José Marinho a presidir à fundação de uma sociedade filosófica, a promover a direcção de uma revista cultural, a publicar os seus melhores manuscritos, embora ciente de que a sua intervenção conciliadora e concordante poderia acelerar a redenção da Pátria. O pensador, já hesitante entre o trabalho, a arte e o jogo, continuava a frequentar assiduamente tertúlias mais ou menos provincianas, sem dar notícia do que ia escrevendo, sem dar anúncio do que iria editar. Consciente do valor próprio, não procedia com inveja perante a revelação do valor alheio, que saudava nos opúsculos dos seus condiscípulos mais heróicos, mais audaciosos ou mais apressados. Hábil no trabalho da epistolografia e na arte do colóquio, José Marinho mostrava-se pródigo no elogio, no louvor e no encómio de quantos literatos lhe davam notícia de terem publicado uma folha, um caderno ou um livro, sem intransigência nem compromisso perante a variedade de seitas, partidos ou escolas. Estimado por todos, o pensador continua, porém, a esconder o seu drama e o seu jogo. Na reflexão secreta sobre sucessivos eventos da sua experiência teológica, poética e filosófica, foi paulatinamente pondo e compondo os elementos do livro intitulado *Teoria do Ser e da Verdade*, no qual explica tão enigmático silêncio e responde ao apelo insistente dos companheiros de geração.

O esperado livro foi, enfim, publicado no ano de 1961. A obra contém várias notas de autobiografia espiritual, não só na parte de introdução, como é da praxe, mas também ao longo dos principais capítulos. Em vários tópicos diz o autor haver longamente atendido ao que lhe foi ensinado e ao sentido fundo do que lhe foi ensinado, meditando lentamente sobre todas as perplexidades

antes de descer ao fundo, ao fundamento e ao fundamental de muitas questões. Tão severas exigências intelectuais levaram o pensador a considerar as ilusões, os erros e os sofrimentos dos homens para se libertar e desprender de tudo quanto seja lisonjeiro para a vaidade humana. Esta descrença quanto aos motivos do agir e à eficácia da acção explica a ausência de soluções pensadas sobre os problemas económicos, políticos e religiosos, como também responde francamente pela ludicidade que acompanha o cepticismo do autor.

Depois de longa viagem que é a vida humana, especialmente para o estudioso que a todo o momento se interroga sobre a adequação do pensar ao agir, até o céptico se detém perante o termo da quietação e de segurança que costuma ser universalmente denominado pela palavra Deus. Escritores há que excluem tal palavra, por motivos vários entre os quais avulta o medo de uma ou outra pressão social, e transferem para nova palavra a designação do absoluto, infinito ou eterno, isto é, do envolvente que necessariamente há-de ser solicitado por todo o pensamento relativo, finito ou efémero. A bem dizer não há ateísmo. É concedida aos filósofos livre escolha de vocabulário pela simples razão de ser uma arte a filosofia. O artífice que não souber forjar a ferramenta própria do seu artesanato jamais produzirá uma obra-prima, de assinatura pessoal, porque se resignará a ser um operário anónimo de qualquer fábrica metropolitana ou um mero empregado de qualquer faculdade universitária. Dado, porém, que para José Marinho a filosofia é muito mais um jogo do que uma arte, melhor diríamos que o mesmo pode ser alterado para a magia de efeitos lúdicos. As palavras preferidas e escolhidas vão sendo escritas com inicial maiúscula, vão adquirindo personalidade teatral, para aceitarem as responsabilidades dos muitos e das culpas, para figurarem como agentes do drama filosófico, já que nenhum escritor se liberta totalmente da nostalgia de qualquer fabulação mais ou menos mitológica. Assim as cartas de jogar, que comercialmente transitam de país para país, designam e significam diferentemente a sorte dos vários povos. O que nós, Portugueses, denominamos por *copas*, *espadas*, *ouros*, *paus* é por outros denominado *coeurs*, *piques*, *carreaux*, *trèfles*, ou *hearts*, *spades*, *diamonds*, *clubs*, ensinamento notável para quem souber ver a subtil distinção entre o designar e o significar. Atribuindo palavras portuguesas, plenas de significação étnica, aos mesmos conceitos que atravessam fronteiras, procede-se ao contrário do universalismo das escolas que têm a pretensão estulta

de nacionalizar também a ortofonia e a ortografia dos vocábulos estrangeiros.

José Marinho começou por escolher no vocabulário da língua portuguesa as palavras que lhe pareceram mais adequadas à expressão das noções essenciais e decisivas da sua filosofia. Deste insólito afastamento da tradição, da memória e do passado resultaram algumas dificuldades para os leitores habituados à nomenclatura escolástica, predominantemente racionalista. Não será, porém, muito árduo ao leitor benevolente o respeitar uma nomenclatura nova que pela sua severidade evita a maliciosa sugestão das associações já feitas e a perigosa indução em erros refutados, porque as claves da teoria podem ser transferidas, traduzidas e interpretadas na conversão inteligente para o já assimilado. Prestando atenção ao que o autor diz e ao que o autor quer dizer, ou não quer dizer, irá o intérprete, o tradutor ou o transferidor adquirindo familiaridade com expressões tais como *visão unívoca, cisão cumulativa, insubstancial substante, interrogação fundamental, patente e secreto, liberdade divina, etc.*, na medida em que se purificar das repercussões afectivas, emocionais ou passionais, provocadas pela amargura céptica de tão insólita nomenclatura.

Maior dificuldade encontrará o leitor nos hipérbatos de que o autor usa e abusa com excessiva frequência, transpondo as palavras para fora da ordem ou da sintaxe a que estamos habituados no discurso oral ou escrito. Tal dificuldade obriga o estudioso a fazer uma leitura lenta, com demora na ponderação de cada participio, adjectivo ou substantivo, auscultando a acepção que lhe foi atribuída no lugar natural ou artificial da cláusula, mas também obriga o leitor diligente a evitar o equívoco e a anfibologia mediante a atenta pesquisa do sujeito e do predicado nas imprevisas posições de uma sintaxe barroca. Atropelam-se por vezes as palavras mais significativas em proveito da livre figuração de uma melodia silábica que na melhor fluência produz o efeito de saudosa ou melancólica evanescência, aliás própria da desiludida recordação dos inactivos ou contemplativos. A sinfonia sugere a teoria. É dada ao leitor a indicação de que o livro poderia ter sido talvez escrito num estilo narrativo, cadenciado por advérbios de tempo, acumulando atributos, epítetos ou predicados nos moldes do poema teogónico ou do sermão teológico, se o autor não tivesse declarado assumir toda a responsabilidade de quem escreve uma obra de filosofia, isto é, de quem exprime pensamento puro da razão mais pura.

Fácil será verificar que tal responsabilidade não foi suficientemente cumprida ao longo dos capítulos, das partículas e das partes da *Teoria do Ser e da Verdade*. Sucedem-se as frases, os períodos e as cláusulas sem que tais resultados de pensamento — resultados de alto ensino e de funda meditação — sejam acompanhados dos elementos que poderiam avisar, esclarecer ou iluminar o leitor. Ignora-se que resultem de inferência, indução, dedução, analogia ou intuição, os pensamentos que o autor diz haverem sido sobre ele lenta, longa e sinceramente reflectidos, mas tal imposição ou sobreposição do argumento de autoridade, por muito amável ou respeitável que seja, o escritor céptico e místico, nunca poderá ter o valor comunicativo ou persuasivo dos processos trabalhosos da razão. Quem elabora tão conscienciosamente uma obra destinada ao público, prevendo todas as possíveis objecções, não deverá ficar surpreendido com o efeito que ela possa produzir na maioria dos leitores cultos ou incultos, nem deve agastar-se com a diversidade das opiniões.

De uma obra apresentada como teoria os leitores mais exigentes esperam uma série de teoremas. Tal não sucede neste livro perturbante e perturbador que, na sua acerada polémica não só contra o racionalismo mas também contra a razão, procura desviar os pensadores portugueses do tradicional rumo das suas aventuras para os distrair com visões cépticas e visões místicas, igualmente hostis à arte de filosofar. Teoria da indecisão ou teoria da indiferença, o livro assinala os pavores do nosso tempo, mas carece de actualidade. Estamos efectivamente a observar que o animal racional vai desvalorizando e perdendo a razão na medida em que busca a técnica para se afastar da natureza. As mulheres assistem maliciosamente, ou de mente maliciosa, à loucura universal do sexo masculino, que para diminuir as distâncias no espaço e no tempo acelera a velocidade, e que tanto mais insectifica a sociedade quanto mais a mecaniza por um movimento sem inteligência. Afastada a arte pelo positivismo, a demência dos homens revela-se em que fazem do jogo um trabalho e do trabalho um jogo, como se a ociosidade e a negociosidade pudessem ter a mesma sorte na bolsa das mercadorias. Nas suas guerras sociais ou nos seus combates políticos, os homens públicos já não parlamentam acerca de razões, porque apenas discutem instintos, vontades e sentimentos que cobrem com as designações de interesses nacionais, sem nobreza universal. Ao positivismo, doutrina que teve por fim a eliminação da filosofia, devemos o descrédito do racionalismo e da razão. A crença passou para as variedades da experiência,

para a experiência sensual, céptica ou mística, para a experiência científica, metafísica e religiosa. Contra a doutrina positivista clamam quantos preconizam o regresso à escolástica, isto é, ao graduado e progressivo exercício da razão libertadora e comunicativa, verdadeira educação do homem.

Para além da razão existe a fé. Num livro de filosofia, o ponto de fé, quer dizer, de quietação e de segurança a que há-de ser referido o movimento da inteligência, nunca pode deixar de ser a existência de Deus. Há que afirmar Deus essente e existente, porque o crer ou acreditar em Deus, confiar nas suas ameaças ou nas suas promessas, implica já questões menores de arbitrária subjectividade. O ateísmo, como já foi dito, não passa de uma forma de analfabetismo, isto é, incapacidade de ler a designação e a significação de uma palavra sagrada. Elucidado de que é um composto de corpo, alma e espírito, como verifica pela morte, pelo sono e pelo esquecimento, o homem sabe que deixando de pensar deixa de ser homem, deixa de verdadeiramente ser. Aceitável por cépticos e místicos, o argumento ontológico exerce um admirável principado sobre a razão. Logo, porém, a identidade entre o pensar e o ser vai descendo à relação entre o pensar e o agir, ou entre o pensar e os modos do jogo, da arte e do trabalho, numa degradação que causa escândalo à puridade intelectual dos cépticos e dos místicos.

O livro intitulado *Teoria do Ser e da Verdade* é essencialmente constituído por uma teoria da cisão, ou seja, do princípio de divisão e de divórcio que afecta todos os seres. A cisão divina, a cisão cósmica e a cisão humana respondem e correspondem às três ciências filosóficas, designadas por *teologia*, *cosmologia* e *antropologia*. Para bem entender há que suprimir a logia, o logos, ou o verbo. A cisão significa evidentemente acção ou paixão de dividir e de separar, separar as partes no composto ou dividir, abstractamente, o uno. Mais tarde se dirá qual a causa ou qual o causador da cisão que surpreenderemos no método analítico. A fenomenologia da cisão é grandiosa, lúcida e terrivelmente exposta por José Marinho em páginas dignas de admiração, as quais anunciam quando não proclamam consequências que o leitor interessado ou inteligente não pode deixar de inferir. Tais inferências serão válidas na medida em que forem garantidas pelas outras noções que a cisão postula na arquitectura da *Teoria do Ser e da Verdade*. Do ponto de fé alcançado pelo argumento ontológico vão descendo duas linhas, ou mais, que figuram ângulos sem triângulos. Ao vértice falta a relação da altura com a base. Assim uma

doutrina sem base dar-nos-á apenas a eloquente ilusão da emanção infinita ou da abissal emergência de imagens que nem sequer chegam a ser simbólicas. A cisão explica as aparências e significaria a verdade se estivesse garantida por alcance ontológico. O pensamento escolástico, ao impugnar as névoas ou os fumos do misticismo e do cepticismo, assenta na pedra filosofal os fundamentos racionais do pensamento cristão que caracteriza na verdade transitiva e operativa do símbolo para o sacramento.

Todos sabemos que o realismo da gnosiologia de Aristóteles afirma o vínculo substancial de todos os entes. Se nas antigas doutrinas religiosas vigorava a abissal distinção entre os deuses e os homens, com ou sem a interpretação idealista dos «deuses que o são para os homens», na revelação cristã a relação Deus-Homem ou Homem-Deus opera a transfiguração, a transformação e a transmutação do ser consciente, ou do ser racional, em maravilhosa irreversibilidade do movimento, do tempo e do espaço. O cristianismo não é religião que haja surgido no terceiro termo de qualquer dedução cronológica. A cisão extrema do politeísmo e do paganismo, se jamais existiu, foi na história redimida pela comunhão cristã. Sem a prática dos sacramentos e sem a prece matinal — sem a *oração ao pão* e sem a *oração à luz* —, talvez seja impossível inteligir a *unidade do ser* no cristianismo, mas a liberdade de recusar os meios purificadores e salvadores do homem decaído mas redimido não vale de argumento contra a esperança da ressurreição da carne ou da reintegração dos seres, afirmada pela maioria das doutrinas iniciáticas. Só os positivistas julgam que a vida de Cristo terminou para sempre no calvário, e por isso representam o facto cristão na imagem do crucifixo, exaltando o sombrio instante da morte, sem aleluia, sem anunciação, sem ascensão. A fé, virtude teologal superior às virtudes cardeais, culmina todavia no símbolo apostólico da vida eterna.

A doutrina da cisão atinge não só a teologia, mas também a antropologia. Estando, por várias vezes, figurada no *Livro do Ser e da Verdade* a posição dos deuses contra os homens, em palavras de subtil ludicidade, seria de esperar que também nele fosse representada a oposição das mulheres aos homens, segundo um jogo antigo que no nosso tempo vai declinando já para a arte e também para o trabalho. Repreensível falta numa fenomenologia da cisão, já que é para todos evidente que da secção genésica emergem os sexos, já que a observação da criança, da tendência para o género, da previsão da hereditariedade merece ser demoradamente considerada no preâmbulo de uma ontologia do amor.

Entendido como problema, segredo ou mistério, o amor representa sempre a sublime virtude criacionista, porque longe se ser a paixão consistente no aprender e no receber vive na acção generosa do dar e do ensinar. A inclusão dos entes racionais nos três grupos naturais dos homens, das mulheres e das crianças, superando a cisão crónica das eras, das épocas e dos séculos, propícia a todos os pensadores de dedução cronológica, paira acima da planificação usada pelos historiadores das religiões, das filosofias e das ciências. A humanização está longe de ser ilusão dos humanistas, porque na consciência humana se espelhou a palavra divina, talvez perdida mas também prometida, e portanto infinita. A parábola cristã não revoga, porque apenas purifica e simplifica, os mitos, os ritos e os símbolos de mais velhas teologias e teogonias.

A doutrina da cisão ilude e engana quando transita ou recorre do distinguir para o separar. Na sensação externa como na intuição interna um terceiro termo é dado, absorvente ou unificante. Em mais elevada ordem de pensamento, quando o juízo surge por virtude do objectivo, a dialéctica parece fortalecer a cisão. Os adjectivos prestam-se a figurar os contrários, pela facilidade conferida ao escritor para manipular os prefixos de negação e de privação. Tudo se opõe ao Nada, honrando um simples pronome indefinido com a inicial maiúscula, como se fosse um nome. A dialéctica não é via para a verdade, quando desfigurada em meio jogo sem arte nem trabalho.

A dialéctica superior tem o mérito de humilhar os intelectuais que ainda não sublimaram o instinto combativo, significante da pré-puberdade, intelectuais que, embora adultos ou veteranos, permanecem na indecisão mental da adolescência. O dialecto mostra-lhes os anversos e os reversos das questões, faz passar os rivais de uma margem para a outra, enfraquece as posições e as oposições, sem contudo professar, firmar ou afirmar os princípios comuns ou os lugares-comuns que determinam o ponto crucial do caminho para a verdade.

Logo, porém, que o instinto combativo, mas estéril, seja superado pela razão construtiva ou edificante, repugna ao homem qualquer doutrina sem base. O racionalista solicita que lhe seja conferido o primeiro grau da iniciação tradicionalmente representada pelos quatro elementos. É verdade que muitos homens não passam da Idade da Pedra, ligando gravemente e gramaticalmente palavra com palavra, como quem junta sólido com sólido, em coordenação ou subordinação; mas outros alcançam a plasticidade e a fluência da arte maior, incomparavelmente